

Nordestino e cidadania: cidade do afeto e a reversão da barbárie carioca

Luana Bulcão

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Raquel Paiva

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Maria de Fátima Tomaz

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo

O presente artigo objetiva discutir e analisar o lugar do migrante nordestino na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Tomamos por base a pesquisa bibliográfica, na qual revisitamos conceitos teóricos para avaliar suas aplicações e articulações entre si. Os resultados da pesquisa demonstram a urgência em reexaminar o fenômeno da cidadania para recuperar na contemporaneidade o seu sentido político e afetivo, de modo a concretizar a participação cidadã ativa dos migrantes nordestinos na urbe carioca. Nesse contexto, como pesquisadoras da comunicação, optamos pela redescoberta do que já foi produzido cientificamente em diversas áreas do conhecimento como de fundamental importância, impulsionando o amadurecimento, os avanços e as novas descobertas no campo comunicacional.

Palavras-chave:

Nordestino. Cidade. Cidadania

Introdução

No dia 29 de outubro de 2018, o Brasil amanheceu com a notícia de que o candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro havia se tornado o seu 38º presidente eleito. Nas bancas de jornais, o *Jornal do Brasil* estampava em sua capa a manchete *Bolsonaro jura por Deus respeitar a democracia*¹, frase dita pelo candidato em seu discurso de posse. Eleito com 55,13% dos votos, perdendo para o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) na maioria dos estados do Nordeste, Bolsonaro assume representando um discurso ambíguo que mistura religião e constituição numa mesma frase. Além disso, a expressiva votação no PT nesses estados intensifica as narrativas – inflamadas desde o primeiro turno – xenófobas contra os nordestinos. É nesse contexto de polarização (política e social) do Brasil, onde emergem nas redes sociais discursos de ódio

1 Disponível em: <<https://www.jn.pt/mundo/bolsonaro-jura-a-deus-que-vai-respeitar-a-constituicao-10100532.html>>. Acesso em: 12 jun. 2020

e, inclusive, separatismo dessa região do resto do país, que o presente artigo trabalha com a ideia de que a cidadania – direito fundamental para todos os cidadãos – é exercida de forma diferente no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro/RJ. Assim, contextualizamos nossa pesquisa na urbe carioca experienciada por esse Outro, nesse caso os nordestinos, que além de enfrentarem os obstáculos impostos pelo deslocamento geográfico, ainda encaram dificuldades de deslocamento, habitação, emprego, sociabilidades, entre outras.

Para tanto, revisitamos o conceito de cidadania como uma obrigação, uma necessidade e um direito, como prática e experiência de uma cidade humana, ética e afetiva. Apenas por meio desse exercício cidadão de forma plena seria possível o enfrentamento do estado de barbárie que se impõe cotidianamente aos habitantes do Rio de Janeiro. Desse modo, este artigo contextualiza o lugar do nordeste e do nordestino na construção dessa dicotomia de Brasil por meio de uma revisão bibliográfica. Além de esclarecer como ocorre a inclusão/exclusão do migrante na urbanização da urbe, pretende-se reexaminar e recontextualizar a ideia de cidadania com o objetivo de reaver seu sentido afetivo, social e político basilar para a fundamentação de uma urbe aberta e ética.

O Outro na cidade

A jornalista Eliane Brum do *El País*, na coluna intitulada *O homem mediano assume o poder*, esboça uma análise sobre o fenômeno da chegada do deputado Jair Bolsonaro à presidência. Ela compara a trajetória do político com a de alguns outros nomes, entre eles o do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Segundo Brum (2019), Bolsonaro é o típico representante mediano, membro do chamado “baixo clero”² parlamentar, cujo único mérito foi se eleger à deputado federal, continuar se elegendo e introduzir a família na mesma carreira. Ao contrário do ex-presidente que sendo nordestino e líder sindical, alcançou o mais alto cargo do executivo. Lula fez a migração como tantos outros antes dele, saiu com sua família do agreste pernambucano à procura de outras oportunidades em terras mais ao Sul do país. Brum (2019) pergunta: quantos homens com a trajetória de Lula se tornaram Lula?

O “mito” Bolsonaro, preferido por aqueles a quem ele representa (brancos, homens, heterossexuais), simboliza o brasileiro que há tempos se sente acuado. O tipo representado pelos eleitores bolsonaristas percebe seus privilégios como direitos inalienáveis

2 Segundo Brum (2019), os membros do Congresso brasileiro fazem volume, mas eles não têm influência e nem estão por trás da tomada de grandes decisões.

e, por isso, se sente contemplado pelo discurso do presidente³, que condena o “politicamente correto”⁴ e o reconhecimento dos direitos à cidadania de negros, mulheres, homossexuais e indígenas. A pesquisa na área da comunicação⁵ tem se dedicado a estudar, por exemplo, de que forma o anonimato das redes sociais pode influenciar na forma de expressar ideias conservadoras, violentas e por vezes preconceituosas, transformando o ambiente digital em local ideal para manifestação desses ideais. O que pode ocorrer nesses espaços virtualizados é o exercício de uma cidadania neoliberal, a qual Yamamoto (2018) define como uma prática política de caráter privado, voltada para a defesa da propriedade (física ou imaginária) e para satisfação de interesses individuais de pequenos grupos. Para o autor, a ideia “neoliberal de indivíduos livres e conectados por dispositivos eletrônicos tem predominado como prática discursiva da cidadania” (p. 197).

Yamamoto (2018) faz uma análise epistemológica do conceito de cidadania e conclui que o seu exercício no mundo contemporâneo é permeado por uma prática neoliberal. A proposta do autor é a problematização da compreensão e práxis atual do conceito a partir de um entendimento da comunicação que transborde a ideia de mera transmissão de informação para contemplar o conceito e a práxis da “vinculação”, isto é, da abertura sensível ao outro. Essa noção de comunicação é encontrada na obra de Muniz Sodré, principalmente no livro *Ciência do comum: notas para um método comunicacional* (2014). Sodré (2014) define a vinculação como objeto da comunicação ou aquilo que dá sentido à diversidade de ações sociais, e a comunidade como o espaço social, simbólico e afetivo onde a comunicação se realiza.

Em 2013, a população brasileira foi às ruas reivindicar uma diversidade de pautas, cada uma contemplando a necessidade particular de um pequeno grupo. Apesar das manifestações

- 3 Uma infinidade de autores e autoras tratam da temática bolsonarista em diversos congressos, seminários e revistas de comunicação. Contudo, destacamos apenas alguns artigos sobre esse tema: CASTRO, Aryovaldo de; BIANCO, Erica. O processo de mitificação de Bolsonaro: messias, presidente do Brasil. **Revista EcoPós**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, 2019; SANTOS, Guilherme Basto dos; CHAGAS, Viktor. Direita transante. **MATRIZES**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 189-214, 2018; ROMANCINI, Ricardo. Vamos tirar a educação do vermelho: o Escola 20sem Partido nas redes sociais. **E-Compós**, v. 21, n. 1, 2018.
- 4 O politicamente correto é uma forma de crítica utilizada pela direita bolsonarista para esvaziar pautas de esquerda como o feminismo, o movimento negro, LGBTQI+, entre outras.
- 5 Autores como: Simone Pereira de Sá (2016), professora da UFF e coordenadora do LabCult (Laboratório de Pesquisa em Culturas Urbanas e Tecnologias da Comunicação); João Freire Filho (2013), professor da ECO/UFRJ; Rebeca Recuero Rebs (2017), professora da Universidade Federal de Pelotas; Adriana Amaral (2015), professora da UNISINOS e líder do CULTPOP (Grupo de Pesquisa em Cultura Pop, Comunicação e Tecnologias); entre outros.

de junho de 2013 possuírem um forte caráter democrático de reivindicação popular em algumas cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, em outras (a exemplo de Recife⁶) a pluralidade de reivindicações representava apenas a defesa pelos indivíduos dos seus próprios interesses, explicitando seu cerne conservador. Neste sentido, é importante retomar a argumentação de Yamamoto (2018) de que os protestos produziram uma semente conservadora, o que pode ser constatado na historiografia dos fatos⁷: as manifestações de junho de 2013 resultaram na deposição da presidenta eleita Dilma Rousseff (PT). Ou seja, “nesse cenário em que ‘só existem propriedades e possuidores’, o exercício da cidadania pode estar produzindo fragmentação, isolamento e violência social” (YAMAMOTO, 2018, p. 198).

No ano seguinte, esse conservadorismo incutido nas Jornadas de Junho se manifestaria por meio de ataques virtuais aos nordestinos, isto porque o Nordeste foi a região onde a presidenta reeleita Dilma Rousseff obteve a maioria dos votos. Entre as manifestações empreendidas contra os nordestinos⁸,

destacou-se a agressividade destinada a figura desse Outro com xingamentos como “mortos de fome” e “burros” (aqui incluído acusações de que o Nordeste só teria votado no PT por causa da Bolsa Família), entre outros, chegando ao extremo de propor um muro separando o Norte e Nordeste do Brasil dos eleitores do Sul, Centro-Oeste e Sudeste. No contexto de crise política e econômica, o Outro, nesse caso representado pelo nordestino, é visto como uma ameaça à autonomia e autenticidade do sujeito e não como uma condição necessária à sua própria identificação. Bakhtin (1997) afirma que só existimos em relação com o outro e só ao outro é dada a capacidade de atribuir um sentido de totalidade. Isto é, ao contrário do que enseja o individualismo, os seres humanos são incompletos e a completude só é possível a partir do outro.

Sennett (2018) discute a relação entre a *ville* (subjetividade da urbe) e a *citê* (espaço construído, estrutura) com o objetivo de alcançar o que ele define como urbe ética. A consciência da *citê* estaria relacionada a maneira como as pessoas anseiam compartilhar suas vidas de

6 Essa afirmação pode ser verificada em Bulcão (2019).

7 A BBC realizou um documentário bastante elucidativo da história recente do Brasil, demonstrando o quanto as fluidas reivindicações de 2013 foram responsáveis por produzir o atual quadro político. Disponível em: <https://www.bbc.com/reel/playlist/what-happened-to-brazil?fbclid=IwAR2s8bBCMRvWj2_M-L7_L8YCTBhkotDBwYK-yKUfmVEvMUJJ-h-H_c-a4mA>. Acesso em: 20 jun. 2019.

8 Disponível em:<<https://extra.globo.com/noticias/brasil/eleicoes-2014/nordestinos-sao-vitimas-de-comentarios-preconceituosos-na-internet-apos-reeleicao-de-dilma-rousseff-14368897.html>>. Acesso em: 1 mar. 2020.

forma coletiva, colocando-se paralelamente à cidadania, seria também uma forma política de pensar a metrópole; ao passo que a *ville*, apesar de correlata ao desenho urbano e à estrutura, também apresenta suas dinâmicas internas que para o autor são mais do que um mero reflexo da economia ou política.

Sennett (2018) atribui como pressuposto para a construção de uma cidade ética a concepção de uma urbe aberta. A ideia central de que um urbanismo aberto deveria trabalhar as complexidades e diferenças. Com esse objetivo, o autor discute as dificuldades de habitar, ou seja, os obstáculos que emergem na convivência cotidiana na metrópole. Um dos pontos destacados por ele é o duelo entre a cidade informal e o crescimento formal, isto é, as artimanhas dos cidadãos para sobreviver a um planejamento de urbe que privilegia os investimentos privados e o capital imobiliário, e não os interesses coletivos da população.

Maricato (2013) também discorre sobre a relação entre a cidade informal, aquela das moradias ilegais ou “invasões”, da urbanização dos baixos salários, do alto desemprego, da ausência de investimentos na reforma urbana e no transporte; e a cidade formal – “simulacro de algumas imagens-retalhos

do ‘Primeiro Mundo’” (p.21). Em oposição a esse crescimento formal, expresso atualmente no modelo de cidades geridas como empresas, emerge um cidadão que precisa desenvolver maneiras informais de habitar. Musumeci (2017), a partir de uma pesquisa realizada com moradores de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), constata que 24,2% dos habitantes de favelas ocupadas pela UPP são provenientes de alguma cidade do Nordeste brasileiro, enquanto em todo o município do Rio de Janeiro a porcentagem de nordestinos é de 12,2%. Além disso, a história de algumas favelas cariocas está intimamente conectada a migração nordestina⁹, como a Rocinha que foi constituída para abrigar trabalhadores do Nordeste da construção civil e da prestação de serviços; ou o Morro da Providência ocupada após a Guerra dos Canudos por soldados vindo da Bahia (BORBA, 2020).

Considerando que um número considerável de nordestinos habitantes da cidade do Rio de Janeiro vivencia a cidade informal, colocada por Maricato (2013), é passível a colocação de que talvez o Outro nordestino não vivencie plenamente a cidadania, nem experencie a “cidade maravilhosa” carioca. Sennett (2018) reforça essa questão quando destaca as complexidades da convivência com o Outro,

abordando o migrante e o processo de exclusão que muitas vezes resulta dessa migração. Para ele, existem duas formas destinadas à exclusão: a fuga ou o isolamento. Apesar de diferentes, ambas as formas carregam em si componentes que alimentam a criação de guetos e cordões invisíveis de isolamento nos espaços urbanos.

Além de fazer a cidade funcionar como uma centrífuga que separa classes no espaço urbano, a exclusão atinge prioritariamente as populações mais pobres, constituindo uma forma moderna de gueto. Paiva e Sodré (2018) utilizam a ideia de aberto para pensar um caminho para uma “nova cidade humana”. Segundo os autores, a cidade aberta contemplaria a dinâmica coletiva e uma ideia de comunidade capaz de se opor aos avanços do capitalismo atual. Eles reiteram que a trajetória para essa urbe humana perpassa por uma reformulação da ideia de cidadania, de forma que o conceito passa a contemplar uma apropriação “política e afetiva” do espaço urbano.

Porém, a concepção de cidadania dominante na contemporaneidade, na qual a mídia alia-se ao capital financeiro e constitui parte fundamental da vida social, é a consumidora, associada a um cidadão passivo que se socializa por meio do consumo e não da política. Então, Paiva e Sodré (2018, p. 7) afirmam que talvez “a cidade como origem e finalidade da

vida social, como espaço de convivialidade, pode estar ficando pra trás diante de sua iminente aproximação com o estado de barbárie, ou seja, o fim total da civilidade”. A fim de resistir a esse processo é necessário resgatar o entrelaçamento, presente na origem, entre cidadania e cidade, recolocando esse conceito no cotidiano para compreender as lutas travadas por direitos dentro da metrópole.

Em 2019, com a posse no executivo do deputado Jair Bolsonaro, intensificam-se os discursos ofensivos e violentos às minorias em nome de uma suposta cidadania, como uma maneira de garantir privilégios e colocar a individualidade acima do bem comum. Desde as últimas eleições, observa-se a consolidação do estado barbárico mencionado por Paiva e Sodré (2018), além do crescimento exponencial da violência (física e psicológica) contra o Outro. Os autores, por outro lado, acreditam numa possível alternativa para a mudança desse cenário, visualizando o início de uma cidade mais humana e ética, pautada pela constituição de um espaço aberto à sociabilidade e ao convívio da diferença.

Sennett (2018) pensa na mesma direção ao indicar alguns caminhos passíveis para minimizar essa separação e o empobrecimento da experiência na metrópole. Um deles seria uma reconexão sensível com o espaço urbano, uma nova forma de se relacionar com a urbe,

utilizando sentidos como o olfato, a audição e o tato para produzir um “conhecimento corporificado” da cidade. Neste sentido, é importante mencionar a proposta de Jacques e Britto (2015), que aborda as impressões deixadas pela cidade nos corpos de quem a experimenta. Essas “cartografias da vida urbana”, denominadas pelas autoras de *corpografias*, inscrevem-se nos corpos dos habitantes das urbes e revelariam ou denunciaram o que o projeto urbano tradicional tenta esconder.

O aspecto seguinte destacado por Sennett (2018) também diz respeito a outra maneira de apropriação física do tecido urbano: o caminhar. Paiva e Sodré (2018) apontam a perda da capacidade de circulação na metrópole como consequência do aumento da barbárie no cotidiano. Os autores entendem a circulação no sentido de mobilidade, do direito ao acesso a espaços físicos e simbólicos que quando prejudicada ou impedida acarreta restrições à cidadania, intensificando o apartheid social. Sennett (2018) pensa a caminhada para além do deslocamento de um ponto para outro, associando-a a um momento de introspecção e conexão consigo mesmo e com a paisagem ao redor.

Com o crescimento exponencial das cidades e a migração cada vez maior da população para os centros urbanos, a mobilidade coloca-se como questão fundamental e urgente

para um entendimento político da metrópole. Principalmente no cenário brasileiro, uma vez que cerca de 1/3 da população reside em favelas, zonas geralmente afastadas, de difícil acesso e que apresentam condições insalubres de sobrevivência. A Escola de Chicago, antes da Primeira Guerra Mundial, já se preocupava com a ecologia urbana – ou a expressão das cidades por meio da sua espacialidade ou ocupação espacial – indicando um entrelaçamento entre a comunicação e o deslocamento.

A relação do sujeito com o espaço urbano, portanto, não ocorre apenas a nível cognitivo, mas principalmente na ordem sensorial ou afetiva, as quais determinam de igual maneira ou talvez até maior, a forma como a urbe faz parte da vida de alguém. Por conseguinte, pensar mobilidade a partir da ótica de quem emprega seu corpo ativamente no espaço exprime a humanidade da proposta.

A partir do final do século XVII e início do século XVIII o corpo em livre movimento torna-se objeto para o planejamento urbano. Esses urbanistas ancorados na argumentação de William Harvey sobre a circulação sanguínea, associam o fluxo livre ao corpo saudável. Desse pensamento, a Paris do Barão de Haussmann, com suas vias largas e seus *boulevares*, sinaliza o momento em que a velocidade se confunde com a liberdade de locomoção. Sennett (2014) estuda a relação do

corpo com a cidade, ou ainda, como os espaços projetados interferem na subjetividade humana, criando uma espécie de passividade dos corpos. O autor associa essa compreensão do corpo com o surgimento do capitalismo moderno e com uma grande transformação social: o individualismo.

Sennett (2014) destaca que a partir do momento em que a sociedade concebe o movimento sem obstáculos como liberdade, a sociabilidade converte-se em um ideal abstrato. O individualismo, portanto, torna-se a causa do silêncio dos cidadãos nas metrópoles, isso aliado ao medo do contato, produz guetos individuais, confirmando a hipótese de Sennett (2014), centrada na tríade: velocidade, fuga e passividade. A tríade contemporânea transforma a cidade do deslocamento livre e rápido em “uma cidade para os privilegiados” (p. 210).

Desta maneira, observa-se que o exercício e o direito à cidadania são restritos a um número reduzido de habitantes, geralmente oriundos das classes abastadas. No formato das urbes modernas, projetadas em função do capital, apenas as classes sociais mais altas vivenciam a cidade na sua configuração sensível, ao passo que os trabalhadores das classes baixas apenas sobrevivem. Reféns de um transporte coletivo de má qualidade, sucateado, excessivamente lotado, esses habitantes – expulsos

para áreas cada vez mais periféricas e distantes do centro – gastam a maior parte do seu dia no deslocamento para o trabalho, uma vez que a conexão e a urbe se restringem à vivência como mero cenário ou corredor. Ademais, as próprias condições de moradia, por vezes insalubres ou perigosas, desgastam ainda mais essa relação com a metrópole.

Como alternativa a esse individualismo imposto pelo neoliberalismo, Sennett (2018) sugere o caminho da construção coletiva: o vínculo pelo fazer. Por meio de técnicas de coprodução, práticas que levam em conta o valor ético do “comum” e que desestabilizam a ideia fechada de uma maneira de fazer algo. Para essa construção comum, o Outro emerge como parte fundamental. Sennett (2018) argumenta que o esvaziamento do vínculo através do fazer é uma das razões para a desconexão do cidadão com a urbe, uma vez que gradativamente o habitante desconecta-se da construção, do planejamento e da elaboração da cidade, delegada para o capital financeiro e imobiliário, que age em parceria com setores públicos na construção de espaços exclusivos destinados a uma demanda de usuários solváveis, ou seja, aqueles que possuem renda para consumir.

Constata-se, a partir dos autores referenciados, o denominador comum centrado na proposta de que uma cidade mais ética e humana

está marcada pela necessidade da convivência com o Outro, aquele diferente de nós. Sennett (2018) observa no migrante uma força à abertura da cidade. O autor indica que para habitar um lugar não é necessário aprofundar as raízes, mas sim aprender a lidar com a ausência. Exatamente por essa razão, ele argumenta que a força do migrante está justamente em fazer as pazes com o deslocamento. Esta é uma questão discutível e pode-se até mesmo considerar que o migrante retratado pelo autor norte-americano sugere uma certa idealização, uma vez que a migração ocorre por inúmeros motivos e nem sempre a adaptação ou socialização é tranquila.

Nesse cenário atual, onde o conservadorismo de extrema direita pretende implementar um projeto político em que o Outro emerge como ameaça, tornam-se mais evidenciados a rejeição e o isolamento do que integração desses novos habitantes. Além disso, o preconceito e estereótipos funcionam como muros que segregam e excluem do convívio social esse Outrem. Comumente àqueles que migram são relegados a subempregos, com baixos salários, moradias em locais distantes do centro – o que dificulta ainda mais o deslocamento em uma cidade estranha – e pouco ou nenhum acesso a serviços públicos de qualidade.

O migrante se pensado como aquele outro diferente de mim, essencial a abertura da cidade e, portanto, à construção de um projeto de urbe ética e humana, talvez desponte como uma força de resistência ao avanço do individualismo.

O migrante nordestino

Para compreender esse Outro representado no migrante nordestino, precisamos “desestabilizar conceitos estáveis”¹⁰ que ao longo das décadas contribuíram para potencializar o discurso midiático, seja da imprensa tradicional ou das mídias sociais, contra os nordestinos. É preciso reinterpretar a ideia em voga de um “nacionalismo” calcado na exclusão da maioria da população. Neste sentido, é fundamental rever o lugar e a natureza das manifestações agressivas ou mesmo veladas, com características nitidamente xenófobas, presentes no cotidiano. É indispensável referenciar esta argumentação sobre o Nordeste brasileiro e o nordestino, a partir de marcas e elementos que possam questionar estereótipos disseminados tanto pela mídia como também por centros produtores de conhecimento, como a academia.

Albuquerque Júnior (2007) afirma que as imagens e os estereótipos cristalizados nas outras

10 Conceito utilizado por Sassen (2016).

regiões do Brasil e no próprio Nordeste a respeito desse espaço através da literatura, da música, da pintura, do cinema, da imprensa e do discurso de suas elites políticas instauraram uma dada forma de ver os nordestinos (retirante, cangaceiro, flagelado, jagunço, coronel etc.) e a natureza do Nordeste (seca, caveira, cacto etc.), assumindo assim a ideia de espaço naturalizado e homogêneo, ou seja, como se toda região fosse igual e como se todos os seus habitantes se encontrassem em situações idênticas, sem distinção econômica, social, cultural e política.

Por meio de processos de elaboração e institucionalização dessas representações do Nordeste ancoradas em um dado tempo/espaço e que podem ser (re) apropriadas e/ou evocadas insistentemente no presente, elas convencionalizam e tendem a naturalizar determinadas realidades, servindo como reguladoras e condicionantes das trocas sociais e atingindo o efeito de verdade sobre os sujeitos. Por isso, é possível afirmar a partir de Moscovici (2003, p. 10), que as representações sociais são:

[...] entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através de uma palavra, de um gesto, ou de uma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos. Nós sabemos que elas correspondem, de um lado, a substância simbólica que entra na sua elaboração e, por outro lado, à prática específica que produz essa substância [...]

Essa imagem do Nordeste como região desprovida de urbanidade, lugar de miséria e de desalento, segundo Albuquerque Júnior (2011), começa a ser construída desde que o Nordeste¹¹ foi “inventado” no início do século XX. Ao longo de todo esse século, nordestinos com poder para disseminar representações contribuíram de diversas formas, e usando de diversos gêneros discursivos, para a construção imagética de região. Dessa forma, ele apresenta o seguinte ponto de vista para sustentar seu argumento:

O Nordeste não é um fato inerte na natureza. Não está dado desde sempre. Os recortes geográficos, as regiões são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamentos que se cristalizaram,

11 O termo Nordeste passa a ser utilizado a partir da criação da Inspeção Federal de Obras contra as Secas (IFOCs) em 1919 e compreendia as províncias do Norte sujeita às estiagens. Atualmente, “o Nordeste como demarcação do território nacional – reunindo os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia – encontra-se instituído como uma das macrorregiões traçadas pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Deste modo, na maioria das vezes, é tomado como um dado, sendo apresentada pelos livros didáticos como uma ‘realidade’ pronta e estabelecida [...]” (PENNA, 1992, p. 32-33.).

são ilusórios ancoradouros da lava da luta social que um dia veio à tona e escorreu sobre este território. O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 66).

Para Penna (1992), a construção social coletiva da ideia de Nordeste como região, com a delimitação territorial que existe atualmente, foi sendo realizada e modificada ao longo da história conforme um jogo de relações que abarca o espaço, o Estado e o capital, embora em última instância a principal referência fosse o Estado-nação. No caso específico do Nordeste, segundo a autora, o regionalismo se traduziu em um discurso fortemente caracterizado por certa homogeneização em torno das ideias de crise e desequilíbrio, surgindo dois outros elementos fundamentais do discurso regionalista: a oposição à região Sul enquanto “espaço obstáculo”, e ao Estado, interlocutor para o qual são encaminhadas as reivindicações. O discurso sobre a região Nordeste foi tornando-se constantemente reelaborado, incorporando novos elementos e conteúdos, contudo, ainda prevalecem alguns velhos retratos do Nordeste e seus habitantes. Essas imagens e discursos arcaicos emergem em situações de disputa política, como no caso das últimas eleições que trouxe à tona antigos preconceitos enrustidos contra os nordestinos.

Na percepção atual do Nordeste, especificamente, durante as últimas eleições presidenciais – 2014/2018, o Brasil de Lambert (1967), aquele dicotômico e dividido, reaparece, já que insistentemente o país continua sendo compreendido como um modo distinto da “realidade social”. É importante frisar que, em 2014, nas últimas eleições presidenciais, os votos dos brasileiros moradores das regiões Norte e Nordeste foram decisivos para a reeleição de Dilma Rousseff (PT). Por outro lado, a situação foi bem diferente nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste, cujos eleitores deram mais votos para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) do que para a candidata petista, com exceção do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Em 2018, a grande maioria dos votos do capitão reformado do Exército Jair Bolsonaro teve origem no Sul e Sudeste. No caso de seu opositor, Fernando Haddad (PT), praticamente metade dos votos recebidos pelo candidato foram do Nordeste. Como resultado, a polarização política entre essas regiões ficou ainda mais acirrada, sendo evidenciada por uma onda de ataques nas redes sociais aos eleitores nordestinos. Essa onda de intolerância ao processo democrático gerou uma reação dos nordestinos, que alcançaram o *trending topics* do Twitter com palavras de orgulho por serem parte dessa região.

A nova cara da velha ordenação das relações sociais nacionais ainda se configura segundo distintas oposições: atraso/progresso, pobreza/riqueza, centro/periferia; recaindo sobre o Nordeste e os nordestinos o papel de par antagônico ao desenvolvimento global e às ideias de moderno, racional, civilizado, sendo o Nordeste e seus habitantes considerados como um campo permanente e irrecuperável da natureza. De acordo com Sena (2003), esse modo de apreensão das relações sociais é recriado discursivamente no pensamento social brasileiro de variadas formas, sem deixar de sustentar suas hierarquias.

Em sua obra *Geografia da fome*, Castro (1984) contradiz pela primeira vez a tese amplamente divulgada pela mídia de que as causas da fome e da miséria no Brasil – principalmente na região Nordeste – têm origens naturais. O autor descreve a fome política como fruto do subdesenvolvimento econômico, da ação predatória dos colonizadores, do capital internacional, da monocultura, do latifúndio, da ingerência política, ou seja, de uma estrutura civilizatória fundada na exploração do homem e da natureza. Para Castro (1984), é necessário construir uma ciência capaz de explicar a situação dos países subdesenvolvidos sem

recorrer aos mitos de inferioridade racial, de fatalismo ou de determinismo geográfico.

O Nordeste é uma região diversa, como qualquer outra do Brasil, mas prossegue carregando seus mitos e símbolos do passado, que geram preconceitos continuamente validados por aqueles que se beneficiam da permanência desses estereótipos. E é exatamente a partir desta forma calcada no retrogrado e no exótico que através dos tempos, tanto a região nordeste quanto os migrantes nordestinos, vêm sendo apresentados em quase todas as produções midiáticas, legitimando desdobramentos no imaginário coletivo.

Um imaginário coletivo construído e (re)inventado cotidianamente em temas recorrentes nas pautas midiáticas. Até jornalistas “cuidadosos”¹² por vezes utilizam noções pré-concebidas e continuam repetindo sentidos historicamente fabricados. No texto citado no início deste artigo, a jornalista Eliane Brum se refere ao ex-presidente Lula como retirante, oriundo do sertão pernambucano, em uma alusão clássica que vincula o nordestino a imagem do homem da terra árida esturricada pelo sol, do maltrapilho, do morto de fome, da falta d’água relacionada diretamente

12 A colocação de “jornalistas ‘cuidadosos’” neste artigo pretende fazer alusão a jornalistas mais comprometidos com a ética e que se esforçam para não cair nos estereótipos construídos ao longo dos muitos anos em relação ao Nordeste.

à problemática da seca. Mas vale lembrar que Lula é filho do Agreste¹³ pernambucano, uma região com solos relativamente férteis e vegetação variável. E este fato parece não fazer a menor diferença no campo discursivo midiático.

Albuquerque Júnior (2011) fornece suporte teórico para o entendimento da construção de sentidos nos mais variados discursos – dentre eles o jornalístico – sobre o surgimento da ideia de Nordeste. Ele aponta para uma produção imagético-discursiva realizada historicamente, questionando a naturalização desses sentidos na apresentação da identidade do nordeste de forma estereotipada.

O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, e fruto de uma voz segura auto-suficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que, em que as multiplicidades são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 30).

Como práticas significantes, os estereótipos não se limitam, portanto, a identificação

das características gerais de pessoas – neles contêm julgamento e pressupostos implícitos ou explícitos a respeito de seu comportamento, sua visão de mundo ou sua história. Desse modo, Albuquerque Júnior (2011) busca, a partir das relações de identidade em uma abordagem crítica cuja ênfase acontece na interrelação entre linguagem, saber e poder, compreender as determinações sociais do discurso e da construção no discurso.

Com a popularização do telejornalismo na década de 1970, as grandes emissoras começaram a se preocupar com a padronização da fala dos repórteres e apresentadores. A Rede Globo foi a pioneira a atuar em conjunto com um fonoaudiólogo para alcançar o objetivo de suavizar o sotaque de seus atores/atrizes, repórteres e apresentadores (as). A justificativa estava na ideia de que uma fala muito carregada poderia desviar a atenção do telespectador da notícia. O padrão em relação ao sotaque assumido pela emissora aproxima-se das formas de falar das regiões Sul e Sudeste. Por outro lado, quando as telenovelas da emissora possuem algum núcleo nordestino, o modelo de fala empregado é exageradamente carregado e permeado de expressões estereotipadas.

13 O Agreste é uma área no Nordeste que se encontra entre a Zona da Mata (litoral) e o Sertão. Por isso, apresenta características de ambas as regiões, por exemplo, pode estar sujeita a secas, do mesmo modo que pode apresentar climas mais amenos e solos mais férteis onde pratica-se a policultura.

Em outro extremo do audiovisual, o cinema recifense vem crescendo e conquistando espaço no mercado nacional, emplacando filmes premiados e nomeações em festivais de sucesso. Kleber Mendonça Filho, indo na direção contrária da TV Globo, apostou na naturalidade do sotaque recifense, escalando para o longa-metragem *Aquarius* atores e atrizes naturais da capital Pernambuco, o que lhe rendeu uma série de premiações em festivais fora do Brasil.

A questão da fala carece de um enfoque mais criterioso, uma vez que mesmo estando em um país com pelo menos quatro divisões dialetológicas, é o “sotaque nordestino” o mais desprestigiado. “Desorganizado em sua oralidade”, é estereotipado, já que é considerado pelo senso comum como o mais distanciado daquele eleito como pronúncia padrão¹⁴. Não é à toa, entretanto, que os modos de falar do Sul e do Sudeste costumam ser as pronúncias dos maiores e mais influentes centros urbanos. Dessa forma, para entender o Nordeste, como diz Albuquerque Júnior (2011), é necessário mais que um olhar no tecido retalhado da narrativa histórica, é preciso perceber uma gama de discursos construídos

e privilegiados, que se transformam em um discurso institucional e legitimador de determinadas características dessa região e dos nordestinos.

A ideia de Nordeste disseminada pelas mídias se concentra na descrição de horrores que fazem referência direta à sociedade rural, ao atraso, à miséria, ao subdesenvolvimento, além dos símbolos tradicionais utilizados para caricaturar a imagem do nordestino, as figuras míticas e a paisagem da região, como o uso da peixeira, o cacto, o chapéu de couro, as roupas sobrepostas com cores que “não combinam”, a casa de taipa, a velhice precoce espelhada nos rostos marcados pelo sol, o vaqueiro, o coronel, a devoção aos santos, dentre outros (BARACUHY, 2010; ZANFORLIN, 2008). Tudo contribuindo para a percepção da região como uma unidade, uma homogeneidade pensada em oposição ao Sul urbano e moderno.

O surgimento do Nordeste, como discorre Albuquerque Júnior (2011), tem a ver com a característica das elites brasileiras e, em especial, da nordestina, que tinha medo da mudança e da transformação, por isso

14 Para Angela Marina Bravin dos Santos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no que se refere à questão da língua comum no Brasil, “o que ocorre é a neutralização dos regionalismos, resultando em uma busca de um padrão idealizado, SUPÔE-SE, de base carioca”. Disponível em: <<https://diariodorio.com/sotaque-carioca-o-oficial/>>. Acesso em: 06 fev. 2019.

se agarrava a territórios tradicionais, porque tinha medo do progresso. O Nordeste, segundo o pesquisador, é uma fabricação reacionária, é uma tentativa de barrar a história, uma tentativa de criar uma barreira às transformações do capitalismo que adentravam o país através da industrialização. Corroborando com essa ideia, Zanforlin (2008, p. 27) afirma que foi a partir:

[...] das políticas de modernização e criação de indústrias no território nacional, o fim do trabalho escravo e abertura para o recebimento de imigrantes europeus para o exercício do trabalho assalariado é que são dados os primeiros contornos do contexto para a construção de um novo mapeamento identitário, que seria demarcado a partir desse ideário; voltado para o futuro e discriminando o passado como um marco de atraso e, portanto, destinado ao esquecimento. Poderíamos apontar a região Nordeste como aquela que, para o olhar midiático, essencializa esse passado incômodo.

Para Albuquerque Júnior (2011) e Barbalho (2004), desde o final do século XIX, a mídia assume um papel decisivo na veiculação do Nordeste, tanto na ficção quanto no jornalismo, como figura/espaço regional

da tradição, da saudade, se contrapondo à modernização que caracterizou o Sudeste brasileiro. Esta ordem imagético-discursiva – apresentada pela mídia – do Nordeste como lugar de uma tradição que deve ser constantemente reafirmada, delimita no presente uma história presa ao passado que pode ser vista em espaços culturais como a Feira de São Cristovão, na cidade do Rio de Janeiro e, também nos discursos de ódio direcionados aos nordestinos na web, sobretudo quando o assunto é relacionado às decisões políticas que afetam os rumos econômicos, sociais e culturais do país.

Para além do discurso de ódio nas redes sociais, são comuns ofensas – veladas ou expostas – direcionadas aos nordestinos como: “Te achei bonito: nem parece que é nordestino”, “Vocês são ótimos, mas trabalham em outro ritmo, né?”, “Gosto do seu jeito de falar. É engraçado”, ou então, “Todo baiano é preguiçoso”, “Fala aí Ceará”, “Oi, cabeça chata”, “Beleza Paraíba?”, dentre inúmeras outras expressões cristalizadas na ordem discursiva brasileira¹⁵. Vale salientar que

15 Enunciados retirados de portais *on-line*. O primeiro do G1 e escrito por Andrea Ramal – *Combate a preconceito contra nordestinos começa em casa e na escola*. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/blog/andrea-ramal/post/combate-preconceito-contranordestinos-precisa-comecar-em-casa-e-na-escola.html>>. Acesso em: 06 fev. 2019; e o segundo do *Socialista Morena*, escrito por Cezar Britto – *Os nordestinos e o preconceito nosso de cada dia*. 2017. Disponível em: <<https://www.socialistamorena.com.br/os-nordestinos-e-o-preconceito-nosso-de-cada-dia/>>. Acesso em 06 fev. 2019.

o adjetivo “paraíba”¹⁶ é usado por pessoas do Sudeste do país, notadamente do Rio de Janeiro, para se referir aos nordestinos de forma preconceituosa.

Os elementos essenciais do estereótipo são transformados pelas mídias, tornando-se mitos que, através do apelo a sentidos por meio de imagens e falas, conservam um sentido que começou a ser construído desde sua concepção enquanto região. Corroborando com esta percepção, Albuquerque Júnior (2011, p. 343) completa:

O Nordeste, na verdade, [...] é uma cristalização de estereótipos que são subjetivados como característicos do ser nordestino e do Nordeste. Estereótipos que são operativos, positivos que instituem uma verdade que se impõe de tal forma, que oblitera a multiplicidade das imagens e das falas regionais, em nome de um feixe limitado de imagens e falas-clichês, que são repetidas *ad nauseum*, seja pelos meios de comunicação, pelas artes, seja pelos próprios habitantes de outras áreas do país e da própria região.

Ao migrar para os grandes centros urbanos, o nordestino passa a ser apontado, nos termos de Sennett (2018, p. 226-227), como um

ser *duplamente estrangeiro*, ou seja, um ser que não está em casa “nem lá, nem cá, nem então, nem agora”. Isso porque, por um lado, ele não se desliga das tradições culturais de sua terra natal e, ao mesmo tempo que absorve compulsoriamente novos valores, não se sente nunca em casa. O migrante é marginalizado na sociedade que se instala, o que se configura na manutenção de dominação simbólica previamente imposta. Desse modo, mesmo habitando outra esfera de construção de significados, o nordestino carrega consigo a posição subalterna de sua região, ao mesmo tempo que quando de volta a sua terra de origem não se reconhece tal como antes da partida.

Santamaria (2002) chama a atenção para o fato de que o fenômeno migratório é uma construção fortemente assentada no imaginário social e nas formações discursivas transpassadas por relações de poder, interesses econômicos e políticos, e por dinamismos psicológicos. Por consequência, o “imigrante” carrega consigo, frequentemente, imagens que o retratam como um intruso, um ser inferior, um incivilizado, e tantas outras características que até podem, inversamente, retratá-lo de forma positiva. O autor ressalta ainda que

16 Termo cunhado a partir da intensificação dos fluxos migratórios de nordestinos para o Sudeste na década de 1960, especialmente de baianos para São Paulo e paraibanos para o Rio de Janeiro, afirma Dante Lucchesi, professor de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF) em entrevista cedida à *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/termo-paraiba-usado-por-bolsonaro-reflete-preconceito-ao-nordeste-e-cabepunicao.shtml>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

a experiência da imigração se desenvolve, principalmente, na relação com o estranho, com o desconhecido, no desafio do encontro com um “outro radical”, ou seja, com tudo aquilo, especialmente outros seres humanos, que soa como não familiar e absolutamente diferente.

Então de que modo é possível interagir em uma cidade que ainda não se abriu para as diferenças? Como combater à hostilidade ao Outro? Existe uma relação de integração entre o migrante e cidade, como defende Sennett (2018)? O que percebemos é que para alcançar esse papel transformador e integrador, que Sennett (2018) atribui ao migrante, ainda é preciso superar muitas dificuldades em se habitar uma metrópole. A proposta deste presente trabalho, além de refletir sobre a forma como o migrante nordestino ainda é tratado e retratado, é traçar perspectivas para a superação deste cenário no espaço da cidade.

Migrar de cidade não é um percurso fácil, como o próprio Sennett (2018) indica, uma vez que além de ter que transpor todos os obstáculos já mencionados, o nordestino ainda precisa aprender a fazer as pazes com o deslocamento. Neste sentido, o que o autor pressupõe é algo natural – porque o que permanece, muitas vezes, é a sensação de duplo estrangeiro, já que o migrante se sente estranho nas duas cidades. Aquele que não é reconhecido pelos seus na terra natal, nem

tampouco pelos novos na terra atual. Neste horizonte, no traçado proposto por este trabalho, estão contempladas as bases de uma pesquisa “emergente”, segundo a proposta metodológica de Santos (2007), no sentido da implementação de “comunidades gerativas” (PAIVA, 2004) capazes de reverter o cenário nas metrópoles brasileiras, em particular o Rio de Janeiro, responsável por apartar o reconhecimento do nordestino como cidadão.

Considerações finais

Este artigo discutiu as ideias de barbárie e cidadania na representação da migração nordestina na mídia. Nota-se que o migrante nordestino em sua maioria está concentrado em situações de moradia, emprego e experiência da cidade precárias. Além disso, a polarização política do país colocou o nordestino como antagonista do atual governo bolsonarista, isto porque desde as eleições de 2014 o Nordeste representa a maioria de votos ao PT. Os favoráveis à direita clamam a separação (seja por exclusão ou isolamento) dessa região do resto do país, enquanto os que se identificam politicamente com a esquerda, pensam na região como um oásis progressista no meio de um Brasil de maioria conservadora.

Nos últimos anos, observou-se o recrudescimento do preconceito e de discursos agressivos e inflamados contra o Outro – e aqui nessa categoria inclui-se aquele

historicamente excluído e/ou oprimido, tais como as mulheres, os negros, os LGBTQI+, os índios e os nordestinos. Compreende-se que a categoria “nordestino” é historicamente construída a partir da formação e divisão do Brasil entre “Norte” e “Sul”, contudo, neste artigo ela é pensada enquanto uma categoria afetiva e política que compreende todos aqueles moradores da região nordeste do país. A ascensão de uma extrema direita conservadora não é um fenômeno exclusivo brasileiro, mas aqui desponta seus primeiros sinais após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff e chega talvez ao seu auge com a eleição de Bolsonaro. Percebe-se que a exclusão do Outro se relaciona com uma prática cidadã neoliberal, em que prevalece a propriedade e os interesses individuais sob os coletivos.

É nesse contexto que Paiva (2014) mobiliza o conceito de “barbárie” para contextualizar o cenário atual em que os direitos humanos básicos passam a ser entendidos como favores oferecidos pelo Estado. Para reverter essa barbárie tão presente na cidade carioca, faz-se necessário um investimento na cidadania plena, política e afetiva, para todos e todas. O afeto então é uma ideia fundamental para este artigo, pois ele seria o responsável por abrir a cidade a conciliação das diferenças e por proporcionar uma vivência mais humana do espaço urbano, em termos de mobilidade, segurança, saúde e moradia.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito de origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BARACUHY, Maria R. Análise do discurso e mídia: nas trilhas da identidade nordestina. **Veredas–Revista de Estudos Linguísticos**, v. 14, n. 2, p. 167-177, 2010.
- BARBALHO, Alexandre. Estado, mídia e identidade: políticas de cultura no Nordeste contemporâneo. **Alceu**, v. 4, n. 8, p. 156-167, jan./jun. 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes 1997.
- BORBA, Allan. A história de dez favelas do Rio, desde a Providência e Rocinha até a Maré. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 fev. 2018. Disponível em: <<https://glo.bo/2VEoqR5>>. Acesso em 01 mar. 2020.
- BRUM, Eliane. **Jair Bolsonaro: o homem mediano assume o poder**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311_448043.html>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- BULCÃO, Luana. **“Onde queres Dubai sou Pernambuco”**: entre reminiscências e prospecções futuras do Ocupe Estelita. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro; pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé, 1984.

JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra. Sujeitos corporificados e corpografias urbanas: em busca de um urbanismo incorporado. In: SILVA, Catia Antonia; CAMPOS, Andreilino (Org.). **Metrópoles e invisibilidades: da política às lutas de sentidos da apropriação urbana**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. p. 141-146.

LAMBERT, J. **Os dois Brasis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

MARICATO, Ermínia. **É a questão urbana, estúpido!** In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Carta Maior, 2013. p. 19-26.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, Vozes, 2003.

MUSUMECI, Leonarda. **UPP: última chamada; visões e expectativas dos moradores de favela ocupadas pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CESeC, 2017.

NORDESTINOS são vítimas de comentários preconceituosos na internet após reeleição de Dilma Rousseff. **Extra**, 2014. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/eleicoes-2014/nordestinos-sao-vitimas-de-comentarios-preconceituosos-na-internet-apos-reeleicao-de-dilma-rousseff-14368897.html>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. Cidadania, mídia e direitos sociais. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 27., 2018, Belo

Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica, 2018.

PAIVA, Raquel. Expressões do comum na cidade: a ocupação pela mobilidade. In: PAIVA, Raquel; TUZZO, Simone Antoniaci (Org.). **Comunidade, mídia e cidade: possibilidades comunitárias na cidade hoje**. Goiânia: Cirgráfica, 2014. p. 57-70.

PAIVA, Raquel. Estratégias de comunicação e comunidade gerativa. In: PERUZZO, Cicilia M.K. (Org.). **Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina**. São Paulo: Angellara Editora, 2004. p. 57-74.

PENNA, Maura. **O que é ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo”** Erundina. São Paulo: Cortez, 1992.

SANTAMARIA, Enrique. **La incógnita del extraño: una aproximación a la significación sociológica de la “inmigración no comunitaria”**. Barcelona: Anthropos, 2002.

SANTOS, Boaventura Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2007.

SASKIA, Sassen. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Tradução Angélica Freitas. Rio de Janeiro. Editora Paz & Terra, 2016.

SENA, Custódia Selma. **Interpretações dualistas do Brasil**. Goiânia: Editora UFG, 2003.

SENNETT, Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para um método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. *Pensar a cidadania a partir da comunicação*. **Intertexto**, Porto Alegre, n. 41, p. 196-212, 2018.

ZANFORLIN, Sofia. Entre arcaísmos e modernidades imaginadas: Nordeste em cena nos textos da mídia. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, v. 10, n. 1, p. 23-28. 2008.

Informações sobre o artigo

Resultado de projeto de pesquisa: O artigo é resultado da pesquisa desenvolvida pela Profa. Dra. Raquel Paiva no Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC) da Escola de Comunicação (ECO/UFRJ) sobre o Rio de Janeiro, a cidade barbárie e a cidade do afeto; Também é resultado da dissertação de mestrado da doutoranda Luana Bulcão, intitulada “*Onde queres Dubai sou Pernambuco*”: entre reminiscências e prospecções futuras do Ocupe Estelita, além da pesquisa de tese em andamento sobre mercados públicos e urbanização em Recife; Ademais, também é resultado da dissertação de mestrado da doutoranda Maria de Fátima Tomaz, denominada *Nordestinos no Rio de Janeiro: a que será que se destinam? Representações, estereótipos e mídia*.

Fontes de financiamento: As doutorandas Maria de Fátima Tomaz e Luana Bulcão são financiadas pela agência de fomento CAPES.

Considerações éticas: Não se aplica.

Declaração de conflito de interesses: Não se aplica.

Apresentação anterior: O artigo foi apresentado no evento XXVIII Encontro Anual da Compós, 2019, Porto Alegre – RS.

Agradecimentos/Contribuições adicionais: Não se aplica.

Northeastern and citizenship: city of affection and the reversal of Rio's barbarism

Abstract

This article aims to develop a discussion about the place of the northeastern migrant in the city of Rio de Janeiro. The work focuses on the recognition that citizenship is an obligation, a necessity and a right for all the inhabitants of the city. For this, clues are drawn to the exclusion to which the Northeast is subject, based on media production or politics. The article intends, with the bibliographic review, to develop a research centered on the presence of the Northeast in Rio de Janeiro, incorporating new propositions linked to the sensitive. Re-examining the idea of citizenship in order to regain its political and affective meaning is essential.

Keywords:

Northeastern. City. Citizenship.

Nordeste y ciudadanía: ciudad de afecto y la inversión de la barbarie de Río

Resumen

Este artículo propone desarrollar una discusión sobre el lugar del migrante del noreste en la ciudad de Río de Janeiro. El trabajo se centra en el reconocimiento de que la ciudadanía es una obligación, una necesidad y un derecho para todos los habitantes de la ciudad. Para esto, se extraen pistas sobre la exclusión a la que está sujeto el Nordeste, en función de la producción de los medios o la política. El artículo pretende, con la revisión bibliográfica, desarrollar una investigación centrada en la presencia del Nordeste en Río de Janeiro, incorporando nuevas proposiciones vinculadas a lo sensible. Reexaminar la idea de ciudadanía para recuperar su significado político y afectivo es fundamental.

Palabras clave:

Noreste. Ciudad. Ciudadanía.

Luana Bulcão

Doutoranda em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ) sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Paiva e com o auxílio da bolsa CAPES. Mestre em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ, também com o auxílio da bolsa CAPES. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: luanabulcao@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8057-747X>

Raquel Paiva

Doutora em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora titular da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), pesquisadora bolsista nível 1A de produtividade no CNPq.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: paivaraquel@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8786-751X>

Maria de Fátima Tomaz

Mestranda em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Paiva. Bolsista CAPES.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: tomazfm@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5321-5353>

Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: Raquel Paiva, Maria de Fátima Tomaz, Luana Bulcão.

Aquisição, análise ou interpretação dos dados: Maria de Fátima Tomaz, Luana Bulcão.

Redação do manuscrito: Raquel Paiva, Maria de Fátima Tomaz, Luana Bulcão.

Revisão crítica do conteúdo intelectual: Raquel Paiva.